



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE INDÍGENA



PARA FAZER A DIFERENÇA

BRASÍLIA, 22 A 28 DE NOVEMBRO DE 2009



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
PARTE 1: PERFIL DOS JOVENS INDÍGENAS QUE <i>FIZERAM A DIFERENÇA</i> : SEUS SONHOS E REALIDADES	5
PARTE 2: DESCRIÇÃO DIÁRIA DAS ATIVIDADES DO SEMINÁRIO	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
ANEXOS:	
I- PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO	
II- JORNAL NOVO OLHAR DA JUVENTUDE INDÍGENA	
III- APRESENTAÇÃO ROSÂNGELA GONÇALVES DE CARVALHO (MDS)	
IV- APRESENTAÇÃO ANDREA MARTINI (UFAC)	
V- APRESENTAÇÃO VERA LOPES (MINISTÉRIO DA SAÚDE)	
VI- APRESENTAÇÃO EVERSON CARLOS	
VII- APRESENTAÇÃO HIGINO TENÓRIO	
VIII- CARTA TENONDERÃ	
IX- APRESENTAÇÃO ANDRÉ R. RAMOS (FUNAI)	
X- APRESENTAÇÃO MÁRCIO KAINGANG	
XI- APRESENTAÇÃO DÉLIO DESANO	
XII- RESULTADO DOS TRABALHOS EM GRUPO	
XIII- CARTA PARA O MINISTÉRIO DO ESPORTE	
XIV- ATA DA ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE JOVEM PARA A CNPI	
XV- ATA DA ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE JOVEM PARA O CONJUVE	
XVI- APRESENTAÇÃO DO GRUPO DA REGIÃO NORTE PARA OFICINA SOBRE SEXUALIDADE	
XVII- AGENDA PARA A CNPI	
XVIII- AGENDA PARA O CONJUVE	
XIX- CARTA PARA A CNPI E PRESIDENTE DA FUNAI	
XX- ATA DA ASSEMBLÉIA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE JUVENTUDE INDÍGENA	



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

INTRODUÇÃO

A Coordenação Geral de Educação – CGE da FUNAI realizou, no período de 22 a 28 de novembro de 2009, no Bay Park Hotel, em Brasília, o ***Seminário Nacional de Juventude Indígena***, que contou com a participação de aproximadamente 70 adolescentes e jovens de 42 etnias diferentes, com idade entre 16 e 29 anos. O Seminário é fruto de uma série de oficinas regionais realizadas pela CGE junto a adolescentes e jovens indígenas do Brasil inteiro, onde foram levantados os principais problemas e dificuldades enfrentados por eles no dia-a-dia, as principais expectativas e demandas. A programação foi estruturada em mesas temáticas, debates, grupos de trabalho e oficinas, sendo que os temas estabelecidos foram aqueles mais apontados nas oficinas regionais. Um dos objetivos centrais do Seminário foi qualificar os jovens e adolescentes indígenas participantes para atuarem como "multiplicadores", no sentido de divulgar, apoiar e orientar quanto às políticas públicas existentes para a juventude e quanto à formulação de projetos e ações.

A cobertura jornalística do Seminário foi realizada por uma equipe de jornalistas, cinegrafistas, fotógrafos e colaboradores indígenas. A equipe foi coordenada pela colaboradora Virgínia Fujiwara e teve como produto o *Jornal Novo Olhar da Juventude Indígena*. Durante o Seminário foram eleitos os representantes jovens para a Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI e para o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE; foram elaboradas agendas de prioridades e compromissos da juventude indígena para a CNPI e o CONJUVE; foi constituída a Comissão Nacional de Juventude Indígena; e os jovens presentes criaram, ainda, um blog e uma rede virtual para troca de informações e organização do movimento.

A realização e o sucesso do ***Seminário Nacional de Juventude Indígena*** foi possível graças ao esforço e ao comprometimento da equipe da Gerência de Projetos da Coordenação Geral de Educação e de servidores das Unidades Regionais da FUNAI, da Secretaria Nacional de Juventude, daqueles que colaboraram como palestrantes e debatedores, e, acima de tudo, de todos os jovens indígenas presentes. A todos estes, o nosso especial e sincero agradecimento.

A programação completa do Seminário, os resultados dos trabalhos em grupo, os



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

documentos elaborados pelos jovens, o Jornal Novo Olhar da Juventude Indígena e as apresentações dos palestrantes serão anexados a este Relatório.

O Relatório está dividido em três partes, além dos anexos e desta breve introdução: “perfil” dos adolescentes e jovens participantes, descrição diária das atividades e considerações finais, o que apresentamos a seguir.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

PARTE 1

PERFIL DOS JOVENS INDÍGENAS QUE *FIZERAM A DIFERENÇA*: SEUS SONHOS E REALIDADES.

Esta primeira parte do Relatório baseia-se em informações oferecidas pelos próprios jovens indígenas participantes do Seminário, por meio de um questionário aberto distribuído a todos eles e assim composto: 1) Nome; 2) Idade; 3) Etnia; 4) Aldeia; 5) Cidade/Estado; 6) Escolaridade; 7) Mora na Cidade – Sim/Não – Se sim, por quê?; 8) Profissão; 9) Sonho; 10) O que você pode fazer para “fazer a diferença”?; 11) Quais outros temas seriam interessantes serem trabalhados com a juventude indígena?

Dos 68 jovens que responderam ao questionário, 39 declararam morar em aldeias e 29 declararam morar em cidades, configurando, portanto, uma maioria de jovens moradores de aldeias das cinco regiões do país. Destes últimos, 26 tem idade igual ou superior a 20 anos e 13 tem menos de 20 anos de idade. Dos jovens que vivem nas cidades, 23 tem idade igual ou superior a 20 anos e apenas seis tem menos de 20 anos.

A maioria dos participantes é composta por estudantes e, dentre aqueles que declararam ter uma profissão, a maioria é professor ou professora. Dos jovens que vivem nas cidades, 15 são estudantes, sendo que oito deles fazem algum curso de nível superior e os demais cursam o ensino médio. Entre os que vivem nas aldeias, 17 são estudantes, dos quais 13 cursam o ensino fundamental ou médio e apenas quatro declararam frequentar cursos de nível superior.

Além da profissão de professor, as seguintes profissões foram citadas: cineasta, técnico de projetos, assistente ou auxiliar administrativo, técnico em análises clínicas, secretária técnica, voluntário, fotógrafo, presidente de organização indígena, jornalista, dentre os que moram nas cidades; e agente indígena de saúde, articulador político, coordenador de projetos, diretora escolar, tratador de avestruzes, colaborador, técnico administrativo educacional, agricultor, membro de coletivo jovem, coordenador de juventude, dentre os que moram nas aldeias.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Dentre os temas que os jovens moradores das aldeias gostariam de tratar, além daqueles contemplados no Seminário, foram apontados: atendimento à educação e à saúde; apresentações de vídeo e de grupos musicais; alcoolismo; território; prostituição; trabalho e profissões; economia; conhecimentos dos mais velhos em relação à vida cotidiana e tecnologia; drogas; casamento com não-índios; inclusão social; discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas; políticas públicas; trabalhos comunitários; valorização das línguas e culturas indígenas.

Já os jovens moradores das cidades apontaram os seguintes temas de interesse: tecnologia; questão da terra; a visão dos índios no século 21; alcoolismo; preconceito entre os indígenas; comunicação; formação profissional; cursos técnicos; políticas públicas voltadas à juventude indígena; identidade e espiritualidade; autonomia e controle social; músicas indígenas; protagonismo juvenil; artesanato; território; expectativa de vida; impactos ambientais causados pela sociedade não-índia; atendimento à educação e à saúde; preservação da natureza.

Dos 68 jovens que responderam ao questionário, apenas vinte declararam não fazer parte de organizações indígenas (dez moradores de aldeia e dez moradores de cidade). Independentemente de integrarem ou não organizações, no que diz respeito a *como fazer a diferença*, a maioria fez referência à defesa dos direitos e interesses indígenas. A seguir, algumas das respostas¹:

“Ajudar os Povos Indígenas na construção de políticas públicas adequadas, respeitando o direito de todos”.

“Estudar e voltar para a minha comunidade”.

“Discutir questões pertinentes aos Povos Indígenas”.

“Trabalhar, em conjunto, em busca de recursos para a comunidade”.

“Ser guerreiro, assumir a luta e lutar”.

“Fazer da oportunidade subsídio para a promoção da melhoria da qualidade de vida do meu povo”.

¹ Optamos por manter o anonimato dos autores das frases citadas, pois consideramos que todas as contribuições foram igualmente importantes.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

“Conscientizar sobre a valorização da cultura e lutar pelos nossos direitos, sem medo”.

“Articular para somar, mais experiência e formalizar o movimento jovem”.

“Continuar o que já faço, luto em prol da questão indígena”.

“Poder colocar em prática o que aprendo nos encontros e oficinas”.

“Ter bom diálogo na aldeia, principalmente com os jovens”.

“Contribuir para reflexões sobre anseios da juventude e, a partir disso, buscar as transformações de nossa realidade”.

“Lutar pela minha comunidade”.

“Para fazer a diferença, eu quero levar a minha cultura em frente”.

“Sozinho, não posso fazer a diferença, mas com a união de todos os índios conseguiremos fazer a diferença”.

“Estudar mais e aproveitar tudo o que a vida oferece”.

“Ser índio e sempre lutar como índio para fazer a diferença”.

“Repassar tudo o que foi discutido e o que penso que é importante para o meu povo”.

“Acho que ajudaria conversando com a minha própria aldeia”.

“Para nós fazermos a diferença temos que unir os Povos Indígenas”.

“Participar ativamente das políticas públicas”.

“Cada um fazendo a sua parte, onde estiver”.

“Somar, juntamente com as organizações, fazendo o plano de intervenção para as comunidades”.

“Ser o que sou realmente, ser indígena”.

“Lutar para implementar as idéias da juventude nas políticas públicas”.

“Trabalhar com indígenas e não-indígenas”.

“Continuar na luta pelo meu povo, nunca desistir”.

“Restaurar as matas ciliares”.

Os jovens protagonistas do Seminário Nacional de Juventude Indígena possuem os mais variados sonhos, tais como ser médica, ser professora ou professor, ser psicóloga, ser



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

engenheiro florestal, cursar uma faculdade, fazer mestrado e doutorado, ser técnico agrícola, ser jogadora ou jogador de futebol, trabalhar na FUNAI, ser bióloga, ser assistente social, ser enfermeira, ser advogada ou advogado, fazer vestibular para o curso de administração, terminar a faculdade, passar na prova da OAB, ser Procurador Geral da FUNAI e comissário da ONU para as questões indígenas, ser diplomata.

Em seus sonhos está sempre presente a preocupação com a coletividade, com o “povo” ou a “comunidade”, com a luta pelos direitos indígenas e com o futuro. A seguir, alguns destes sonhos:

“Ver a igualdade da sociedade, sem preconceito de cor, raça e religião”.

“Viver numa sociedade mais justa, aonde a desigualdade social não é algo tão presente”.

“Que eu não perca nunca o elo com a minha tradição, pois os anciãos estão partindo e eu estou longe deles”.

“Fazer com que todos os jovens indígenas se interessem pelo movimento indígena”.

“O meu sonho é ser grande liderança indígena do país, para fortalecer as políticas indigenistas do Brasil”.

“Ajudar os Povos Indígenas em qualquer situação. E defender o meio ambiente, a natureza que ainda resta”.

“Ajudar a minha comunidade, porque eu tenho orgulho de ser índio”.

“Defender o direito indígena no Brasil e no exterior”.

“Ver a minha terra demarcada”.

“Lutar pelas causas indígenas do Brasil”.

“Ajudar os jovens nas aldeias”.

“Que a juventude seja ouvida pelas pessoas velhas e fora da aldeia”.

“Que os jovens da minha comunidade possam realizar e concluir seus estudos em nível superior e que possam trabalhar e defender a sua comunidade”.

“Instituir uma organização para jovens indígenas do Brasil”.

“Ver minha comunidade crescer junto, para viver melhor”.

“Realizar todas as demandas das comunidades indígenas e, principalmente, dos jovens”.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

“Que todos os jovens indígenas possam, de fato, resgatar a sua cultura”.

“O meu é ver os jovens indígenas em uma união muito forte, lutando pelos seus direitos”.

“É lutar pelo meu povo, para conquistar o direito de cada um de nós, indígenas”.

“Educar crianças e crescer como profissional”.

“Gostaria tanto de defender os nossos direitos indígenas. Meu sonho é trabalhar na FUNAI”.

A partir das respostas dos jovens indígenas foi possível conhecê-los melhor e admirá-los ainda mais. Moradores de aldeias ou de cidades, eles sonham com uma vida melhor para as suas comunidades e almejam poder defender, de forma cada vez mais ativa e qualificada, os direitos dos Povos Indígenas.

PARTE 2

DESCRIÇÃO DIÁRIA DAS ATIVIDADES DO SEMINÁRIO



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

A seguir apresentaremos a sistematização dos registros diários realizados pelos servidores Marcos Vinícius Aniszewski (AER/Araguaína) e Izabel Gobbi (CGE) durante o Seminário. É importante salientar que não foi contratado serviço de relatoria para o evento e que não apresentaremos uma transcrição literal das falas dos participantes, tampouco um registro fiel de todo o conteúdo das discussões empreendidas, tamanho o seu volume, relevância e complexidade. Por fim, destacamos que os servidores acima realizaram os registros em meio a outras responsabilidades no Seminário e, portanto, qualquer equívoco no registro das falas dos participantes é de nossa inteira responsabilidade².

Dia 22/11/2009

20hs – Solenidade de Abertura

A solenidade de abertura do Seminário Nacional de Juventude Indígena aconteceu no auditório principal do Bay Park Hotel e contou com a presença da Coordenadora Geral de Educação – CGE da FUNAI, Maria Helena Filho; do representante da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, Alex Nazaré; do representante da Associação dos Estudantes Indígenas do Distrito Federal, Tanielson Potiguara; e da idealizadora do Seminário e responsável pela Ação de Adolescentes e Jovens Indígenas em Situação de Risco Social, Helena Stilene de Biase.

Durante a abertura do evento, não foi realizado registro e, para maiores informações, sugerimos a leitura do Jornal Novo Olhar da Juventude Indígena, em anexo, que traz uma matéria sobre a solenidade.

Dia 23/11/2010

Período Matutino – Início dos Trabalhos

² A transcrição literal das falas, quando ocorrer, será apresentada entre aspas. Outras expressões que pretendemos destacar serão apresentadas em itálico.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

A antropóloga Izabel Gobbi (CGE/FUNAI) dá início aos trabalhos do dia com a apresentação da proposta de organização e metodologia do Seminário. Logo após, Rony Paresi convoca, um a um, todos os povos ali representados para se dirigirem até a frente do auditório. Neste primeiro dia estavam presentes representantes dos povos Arapaso, Mura, Desano, Tukano, Apinajé, Kokama, Tikuna, Baré, Tariano, Baniwa, Hexkariana e Sateré-Mawé (AM), Tupiniquim (ES), Paresi, Bakairi, Umutina, Ikpeng, Xavante, Rikbatsa, Kayabi e Kuikuro (MT), Xokleng (SC), Potiguara (PB), Pitaguary (CE), Guarani (SP e SC), Kaingang (PR e SC), Xerente e Karajá (TO), Terena (MS), Pataxó, Tuxá e Kiriri (BA) Fulni-ô e Pankararu (PE), Cinta-Larga (RO e MT), Karipuna (AP), Munduruku (PA), Suruí (RO), Wassu-Cocal e Karapotó (AL) e Krikati (MA).

Findada a apresentação dos jovens participantes, a primeira mesa temática do dia, intitulada **CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA – Desafios atuais no mundo da cultura**, foi composta pela educadora Helena de Biase, da Coordenação Geral de Educação (CGE/FUNAI), pela antropóloga Andréa Martini, professora da Universidade Federal do Acre (UFAC/Cruzeiro do Sul), pela assistente social Rosângela Gonçalves de Carvalho, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e pela antropóloga Izabel Gobbi, responsável pela moderação.

A primeira a se apresentar foi a educadora Helena de Biase, com um breve relato sobre os encontros de adolescentes e jovens indígenas realizados pela CGE entre os anos de 2004 e 2008. A educadora ressalta a importância do diálogo entre as gerações, entre jovens e velhos, entre “a tradição e a modernidade”, algo que pautou os encontros nas aldeias e apontou possíveis soluções para o enfrentamento dos principais problemas levantados.

A antropóloga Andréa Martini dá início à sua fala apresentando o ponto de vista antropológico sobre o que é “cultura”, destacando o seu caráter dinâmico, de constantes transformações. Andréa destaca que, para a Antropologia contemporânea, não existe “cultura tradicional”, subentendida como algo fechado e imutável, pois “a cultura é sempre viva”. Para a antropóloga, não existe uma cultura tão perfeitamente organizada que possa ser repassada como se estivesse “guardada em uma caixa fechada”.

Sobre ser ou não ser “índio”, Andréa afirma: “você é, desde que você se reconheça”. Destaca a importância do “fazer” e do “fazer junto”, a importância da união do grupo:



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

segundo ela, “o conjunto deve funcionar”, pois “uma organização social forte é quando o respeito é forte”. A antropóloga ressalta, ainda, a importância do “trato amoroso”, com carinho, entre os membros da comunidade.

A representante do Ministério Social e Combate à Fome (MDS), Rosângela de Carvalho, informa que o MDS está criando um núcleo de povos e comunidades tradicionais. Fala, ainda, da sua experiência no estado do Mato Grosso do Sul, junto aos Guarani-Kaiowá. Rosângela exibe um vídeo, cujo título é “Educação: um problema social”, e apresenta o “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – Marco Legal”³.

Findadas as apresentações, dá-se início ao debate, cujos principais pontos serão apresentados nos tópicos a seguir:

- 1) Délio Desano (AM) reforça que as culturas indígenas são diferentes e que a diversidade deve ser valorizada e afirmada. Ressalta que uma criança indígena “é da comunidade” e que “o conceito de família é diferente”.
- 2) Cristiane Pankararu (PE) parabeniza a organização do evento e a mesa. Fala sobre o contexto indígena no Nordeste brasileiro e sobre a diferença entre as regiões do país. Fala, ainda, da pouca representatividade indígena nas instâncias de políticas públicas.
- 3) Geovani Paresi (MT), que trabalha como técnico administrativo numa escola indígena, parabeniza as ações da CGE voltadas à juventude indígena. Ressalta que, em muitos lugares, jovens voltaram a ter orgulho de serem indígenas após a realização dos encontros de adolescentes e jovens. Fala sobre a importância do diálogo com o Conselho Nacional de Juventude.
- 4) Mara Potiguara (PB) relata um episódio passado no hotel sede do Seminário, quando alguém teria questionado, a seu respeito: “E essa aí, é indígena?”. Mara faz, então, uma relação com a fala de Andréa Martini, afirmando que o que faz dela “índia” é o que ela faz, é a sua “luta”, a sua atuação.
- 5) Rony Paresi (MT) pergunta para Rosângela sobre o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, apresentado por ela. Comenta a fala de Andréa e diz que, se hoje os

³ Em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Paresi podem ser reconhecidos pela sua fisionomia, pintura corporal e ornamentos, é porque, no litoral, muitos índios foram mortos e dizimados primeiro. Ressalta, assim como Cristiane, a importância de terem representantes indígenas nas instâncias de políticas de governo.

- 6) Deusimar Desano (AM), representante do Departamento de Adolescentes e Jovens da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, fala da importância de participar do Seminário, pois, segundo ela, sempre são os jovens “da cidade” que participam e os “ganhos” ficam na cidade, não chegam às aldeias. Valoriza a participação dos jovens que moram nas aldeias.
- 7) Jadson Potiguara (PB) chama a atenção para a fala de Rosângela, a respeito da criação do núcleo de comunidades e povos tradicionais, no MDS, e reforça que a especificidade indígena é muito maior e que deve ser afirmada.
- 8) Márcio Kokoj, Kaingang da TI Mangueirinha (PR), fala sobre o preconceito que os povos do sul sofrem e fala, ainda, sobre os impactos sócio-ambientais provocados pelas obras de empreendimentos (hidrelétricas, em especial). Márcio fala sobre a atuação da igreja na sua região (hoje benéfica, segundo ele). Fala da importância da juventude indígena discutir questões relacionadas ao meio ambiente, cultura, saúde e educação.
- 9) Korotowĩ Tafarel, que é Ikpeng, mora no Parque Indígena do Xingu e é filho de mãe Kayabi e pai Ikpeng, reforça que os “índios das aldeias” também sofrem preconceitos e o que não pode existir é o preconceito entre os próprios indígenas. Ressalta que o “índio tradicional”, quando vai para a cidade, também sofre preconceito, que são questionados: “Você é índio? E essa roupa que está vestindo?”.

As falas dos jovens participantes foram intercaladas por comentários das palestrantes. Ao fim, a moderadora agradece a todos e Rony Paresi faz uma confraternização de encerramento das atividades do período da manhã.

Período Vespertino



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Os trabalhos do período da tarde tiveram início com uma apresentação cultural de Korotowĩ, Montoya e Oreme Ikpeng. Logo após tem início a segunda mesa do dia, intitulada ***SEXUALIDADE – Tradição e Modernidade***. As palestrantes foram as antropólogas Andréa Martini (UFAC) e Vera Lopes (Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde). O jovem Délio Alves Desano foi o debatedor e a antropóloga Izabel Gobbi foi a responsável pela moderação.

A antropóloga Andréa Martini ressalta que a sexualidade diz respeito a um conjunto de experiências, conhecimentos do corpo, silêncios, informações midiáticas, dentre outros aspectos, reforçando a importância do aprender com a experiência⁴. O debatedor Délio Desano chama a atenção para o fato de Andréa ter trabalhado com noções ocidentais sobre sexualidade e ressalta, ainda, a existência de diversos ritos de passagem para os diferentes Povos Indígenas. Critica as ciências impostas ao “mundo indígena” e, por fim, convida os participantes a falarem. Parte do debate será apresentada a seguir.

- 1) Geovani Paresi (MT) conta que, em sua comunidade, quando a menina menstrua, só a avó pode se comunicar com ela.
- 2) Mara Potiguara (PB) fala sobre a sua experiência como Agente de Saúde Indígena.
- 3) Deusimar Desano questiona o “aparecimento” de homossexuais na TI Pari-Cachoeira (Alto Rio Negro/AM), no ano de 2007. Diz que nunca antes havia “aparecido homossexuais” por lá e questiona se tal fato se deu em função do contato com os não-índios.
- 4) Jadson Potiguara (PB) pede a palavra e diz que é homossexual e que não se trata de uma questão de opção, mas de algo que “nasce com a pessoa”.

Délio retoma a palavra e relata a sua experiência de trabalho com a UNICEF, onde trataram, junto aos Tikuna (Alto Solimões/AM), a problemática das DST/AIDS, do suicídio, uso de drogas e alcoolismo.

A antropóloga Vera Lopes, em sua apresentação⁵, ressalta que a experimentação do

⁴ A apresentação de Andréa Martini segue em anexo.

⁵ Os slides apresentados por Vera Lopes estão em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

prazer e da sexualidade se dá de maneira diferente para cada povo, assim como a sexualidade tem relação direta com a reprodução. Ressalta, ainda, que “a questão do respeito é fundamental”. No que se refere às Doenças Sexualmente Transmissíveis, Vera afirma que a grande preocupação é com “a troca de fluídos entre as pessoas”. Segundo ela, os casos de DST/AIDS entre os indígenas aumentaram e, portanto, a proteção é essencial. Para Vera, o aumento destes casos é consequência do contato com os não-índios.

A antropóloga fala que muitos mitos de origem indígenas estão diretamente relacionados à questão da sexualidade, são diversas as narrativas sobre os órgãos genitais, sobre a gravidez, sobre a relação sexual, a menstruação, dentre outros aspectos. Vera encerra a sua apresentação ressaltando a importância da prevenção e lista uma série de vulnerabilidades e situações de risco de contrair DST/AIDS.

Em seguida, os jovens dão início ao debate sobre a temática abordada na mesa.

- 1) Melvino Baniwa (AM) fala sobre a “Cabeça do Cachorro”, uma região de fronteira e bastante vulnerável.
- 2) Jadson Potiguara (PB) pergunta se há, no Ministério da Saúde, uma estrutura para atendimento específico aos jovens indígenas, se existem políticas específicas para este público.
- 3) Em resposta à pergunta feita anteriormente por Deusimar, Andréa Martini diz acreditar que o homossexualismo entre os indígenas é anterior ao contato com os não-índios, citando os mitos de origem como uma boa “pista”.
- 4) Vera Lopes fala sobre os trabalhos do Ministério da Saúde junto aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI.
- 5) Pedro Pataxó, que é da TI Coroa Vermelha (BA), onde vivem em torno de cinco mil pessoas, fala sobre os casos de exploração sexual (inclusive pedofilia) e ressalta a importância do trabalho junto às comunidades. Segundo Pedro, “às vezes, as próprias lideranças botam panos quentes”. Fala, ainda, sobre a relação entre o turismo e a exploração sexual. Pedro também critica os trabalhos de “evangelização” nas áreas indígenas.
- 6) João Gilberto, Xavante de Campinápolis (MT), critica as relações sexuais entre indígenas que vivem nas aldeias e não-índios da cidade. Elogia as



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- palestras e diz, ainda, que não existe homossexualismo entre os Xavante.
- 7) Leandro, da etnia Mura e residente na região de Manicoré (AM), enfatiza a importância do respeito ao outro, incluindo os homossexuais.
 - 8) Tuinaki Karajá (TO) reforça a fala anterior e diz que sofre preconceito, por parte daqueles que moram na aldeia, pelo fato de morar na cidade.
 - 9) Melvino Baniwa (AM) pergunta se existem programas ou instituições que auxiliam no trabalho com essas questões junto às comunidades.
 - 10) Vera Lopes explica que o Departamento do qual faz parte atua junto aos DSEI, mas não possui recurso específico para apoiar organizações não-governamentais.

Encerradas as atividades da mesa, os jovens se reuniram em grupos para debaterem os temas do dia.

Dia 24/11/2009

Período Matutino

O segundo dia de Seminário se inicia com uma apresentação cultural. Logo após, a mesa temática **ESPORTE E EDUCAÇÃO – Cultura Corporal, Saúde e Sociabilidade** é composta pelo esportólogo Everson Carlos Silva, o debatedor João Guilherme Nunes Cruz, que é antropólogo, e Izabel Gobbi, responsável pela moderação. O esportólogo Everson apresenta um diagnóstico sobre as condições de saúde das populações indígenas, onde foi verificado o consumo elevado de álcool, o sedentarismo, a alimentação precária, a alta incidência de doenças, como a obesidade, o diabetes, a hipertensão arterial e de outras doenças crônico-degenerativas.

Sobre a relação entre esportes e Povos Indígenas, Everson salienta que a destinação de recursos públicos para a promoção do esporte educacional é um direito garantido pela Constituição Federal, no Artigo 217, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Segundo Everson, o Comitê Olímpico Internacional – COI reconhece a importância da promoção do esporte entre as populações indígenas. Everson também fala sobre o esporte



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

enquanto manifestação cultural, citando, como exemplo, a corrida de toras. Fala, além disso, sobre os Jogos Indígenas e sobre a tentativa, até então, frustrada de estabelecimento de um convênio entre a Coordenação Geral de Educação da FUNAI e o Ministério do Esporte, com o objetivo de implementar o Programa Piloto Segundo Tempo Indígena⁶.

O antropólogo João Guilherme inicia o debate destacando a importância da ação política dos Povos Indígenas, das suas escolhas. Considera o Seminário como um momento oportuno para se pensar nas estratégias políticas e fala, ainda, da importância do diálogo com as universidades. Em seguida, a palavra é passada aos jovens indígenas participantes:

- 1) Narúbia Karajá (TO) queixa-se das medidas “emergenciais” adotadas para as populações indígenas.
- 2) Joseane Tupiniquim (ES), coordenadora de jovens da sua região, queixa-se da falta de incentivo ao esporte nas comunidades.
- 3) Márcio Kaingang (PR) ressalta a importância da participação de indígenas nas Olimpíadas.
- 4) Ednéia Arapaso, de São Gabriel da Cachoeira (AM), parabeniza a iniciativa do Seminário e fala sobre a precariedade dos espaços públicos em seu município. Segundo ela, não há espaço público de lazer para os jovens indígenas e, ainda, há pouco diálogo entre a Secretaria de Juventude, Desportos e Lazer e os jovens.
- 5) Deusimar Desano (AM) questiona a ausência do Secretário Nacional de Juventude e critica, também, a atual gestão da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Segundo ela, há muita dificuldade para acessar os recursos.
- 6) Rivelino Kokama, de Benjamim Constant (AM), queixa-se da falta de estrutura para a prática de esportes em seu município.
- 7) Rafael Pitaguary (CE) conta que, em 2009, aconteceu a 7ª edição dos Jogos Indígenas dos Povos do Ceará, realizado com o auxílio do governo estadual e dos municípios.
- 8) Dinamam Tuxá (BA) critica os critérios de escolha dos esportes e comunidades para participarem dos Jogos Indígenas.

⁶ A apresentação de Everson Carlos segue em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- 9) Jadson Potiguara (PB) critica a ausência de representante do Ministério do Esporte no Seminário. Fala, ainda, sobre o alto consumo de drogas na sua comunidade.
- 10) Délio Desano (AM) ressalta a importância da relação do esporte com o espírito e com a natureza.
- 11) Melvino Baniwa (AM) queixa-se da falta de espaços adequados para as práticas esportivas nos municípios.
- 12) Rony Paresi (MT) destaca a importância da relação entre esporte e saúde e critica os Jogos Indígenas, por questões políticas.
- 13) Athaid Guarani (SP) questiona a ausência dos colegas no auditório: se cobram a presença das autoridades, também devem olhar para si próprios e pensar nas próprias atitudes.
- 14) Benissom Tukano (AM) destaca a importância da criação de políticas públicas relacionadas ao esporte para a juventude indígena.
- 15) Rozeninho Munduruku (PA) queixa-se da falta de apoio da FUNAI local (AER/Itaituba) e da prefeitura do município para a realização dos torneios esportivos das comunidades indígenas. Segundo ele, quem apóia são os empresários locais. Fala a sobre a proposta de promover os Jogos Indígenas Munduruku. Ressalta, ainda, a importância da atuação dos jovens que estão no Seminário como “multiplicadores” dos temas debatidos.
- 16) Korotowī Ikpeng (MT) apresenta uma experiência da sua comunidade e, logo após, pergunta sobre como acessar os programas e recursos para a área do esporte.

Ao fim do debate, João Guilherme sugere algumas perguntas que podem nortear os trabalhos dos grupos: Quais as políticas públicas existentes para a prática dos esportes? Quais os critérios utilizados para o repasse dos recursos? Nossas atividades vão além dos esportes?

Período Vespertino



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

A mesa temática **MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE** teve como palestrantes os indígenas Higino Tenório, da etnia Tuyuka (Alto Rio Negro/AM), e Uraan Anderson Suruí (RO). Como debatedores participaram o geógrafo e indigenista Henrique Cavalleiro (MDS) e a indígena Mariléia Taiua Peruare⁷ (CGE/FUNAI). A antropóloga Izabel Gobbi foi a responsável pela moderação

Após agradecer o convite para participar do Seminário, Higino Tenório dá início à sua palestra ressaltando a importância do meio ambiente para as relações de parentesco, para a organização social, a saúde e a educação indígenas, esferas permeadas pela relação de reciprocidade. Higino discorre sobre a importância do “território” para os Povos Indígenas e destaca a relação entre a terra e a identidade: se o índio não tem o território, “perde a identidade”. Para ele, a concepção indígena de território “é muito mais cultural”.

Higino fala sobre a experiência do projeto piloto “Ensino Médio Integrado Tuyuka: proposta curricular em desenvolvimento”, implementado desde o ano de 2005 na TI Pari-Cachoeira, no Alto Rio Negro (AM). Segundo ele, a experiência baseia-se em uma “política cultural e lingüística” para o ensino médio, onde o idioma português é utilizado como “língua de comunicação” com os não-índios e índios de outras etnias. Já a língua materna é compreendida como “língua de instrução” e, deste modo, trabalha-se a língua Tuyuka como forma de valorização cultural. Com suas sábias palavras e sua experiência, Higino desperta a atenção de todos os presentes.

O jovem Uraan Anderson Suruí apresenta-se como estudante de Direito, estagiário do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e secretário de uma organização da etnia Suruí, no município de Cacoal (RO). Uraan Anderson chama a atenção para a problemática do meio ambiente no contexto amazônico e destaca as principais ameaças: desmatamento, madeireiros, garimpeiros e as obras de empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, o PAC, que trazem o que Uraan chama de “conseqüências globais”, tais como os “desastres naturais” e os prejuízos econômicos.

Uraan menciona a questão do aliciamento de alguns indígenas por madeireiros e garimpeiros, e critica alguns governantes, citando o Presidente Lula, a Ministra Dilma

⁷ Cabe aqui um agradecimento especial a Mariléia Peruare, pelo apoio incansável à equipe organizadora do Seminário e, principalmente, aos jovens indígenas presentes.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Roussef e o Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi. Enfatiza, ainda, a importância de um plano de gestão territorial para as áreas indígenas⁸.

O geógrafo e indigenista Henrique Cavalleiro inicia o debate salientando a necessidade de conciliar o conhecimento tradicional e o conhecimento ocidental para dar conta dos impactos e novos contextos, tendo a educação um papel fundamental, desde que não se reduza “educação” a “escolarização”.

A técnica da CGE/FUNAI Mariléia Peruare chama a atenção para o diálogo entre gerações que ocorreu na mesa: “uma aula”. Ressalta que seria interessante ouvir relatos das regiões Sul e Nordeste também. Em relação à fala de Uraan Anderson, Mariléia enfatiza a questão do consumo desigual e, ainda, a importância de “mexer nas estruturas das relações de poder”. Fala sobre a dificuldade que os Povos Indígenas têm de acessar os recursos e, além disso, sobre o cenário político e eleitoral, onde a bancada ruralista vem ganhando cada vez mais espaço. Finalizando, Mariléia ressalta a importância dos jovens se articularem em “redes” e cita duas delas: a REJINA (Rede de Juventude Indígena e Afro-Descendentes) e a REJUMA (Rede Juventude e Meio Ambiente).

Após os comentários dos dois debatedores, os jovens indígenas participantes tiveram a oportunidade de relatar experiências, queixas e, ainda, fazerem perguntas aos participantes da mesa:

- 1) Narubia Karajá (TO) destaca a importância dos jovens serem “realistas” e “conscientes”, pois quanto mais despreparados estiverem, mais atingidos serão. Acredita que a disputa pelos recursos hídricos pode ser o fator responsável por uma 3ª Guerra Mundial. Defende que a escola tenha um papel de “politizar os alunos”. E fala, ainda, em referência ao “potencial turístico” no Brasil, sobre a necessidade de se pensar no “turismo sustentável”.
- 2) Sandro Guarani (SC) ressalta que, na Região Sul, existem graves problemas relacionados ao meio ambiente, tais como os projetos de usinas hidrelétricas, dentre outros, que agravam a situação das comunidades indígenas. Sugere uma reflexão sobre o que deve ser feito em relação ao meio ambiente e sobre o capitalismo.
- 3) Deusimar Desano (AM) pergunta a Higino Tenório sobre o que melhorou a partir da

⁸ Os slides apresentados por Higino Tenório e Uraan Anderson seguem em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

criação do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil – CAPOIB.

- 4) Athaid Guarani (SP) apresenta a “Carta Tenonderã”, um manifesto dos jovens Guarani⁹.

A seguir, alguns comentários dos membros da mesa:

1) Higino Tenório, em resposta à pergunta feita por Deusimar, conta que, num primeiro momento, quando a organização CAPOIB foi criada, o trabalho era voltado à demarcação de Terras Indígenas. Quando as demarcações foram efetivadas, a organização partiu para a discussão sobre como conseguir projetos voltados à sustentabilidade na região amazônica. Foi quando, também, passaram a reivindicar ao Governo a garantia de uma educação escolar indígena diferenciada. Higino acredita que a criação da organização foi positiva e fortaleceu o movimento indígena. Porém, atualmente, o “movimento” desta organização “está parado”, pois os “acadêmicos indígenas não sabem o que fazer, estão acomodados”, já não conseguem mais pensar em “projetos autônomos” para aquelas comunidades. Higino se solidariza com os Guarani-Kaiowá, fazendo referência à luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul, visitado por ele recentemente. Ressalta que a “nossa terra mãe foi criada para ser amada e cuidada”, e que os Guarani perderam as suas terras e, hoje, precisam de muita coragem para viver e lutar por elas.

2) Anderson Suruí, em resposta ao comentário de Sandro, salienta que o capitalismo trouxe conseqüências negativas para os Povos Indígenas, e que “pobreza e riqueza vão sempre andar juntas”. Ressalta a importância dos Povos Indígenas se organizarem politicamente para discutir tais questões, para pensarem em como lidarão com elas, qual política adotarão “internamente e externamente”. Anderson fala sobre a necessidade de proteger os Povos Indígenas considerados “isolados”, sem contato com os não-índios e questiona: “Como vamos fazer para ajudá-los?”; “Como vamos poder ajudar os Povos Indígenas do Nordeste?”; “Como vamos eliminar a pobreza para viver sem fome e não destruir a natureza?”.

3) Henrique Cavalheiro destaca que a escola é muito importante, mas não pode substituir

⁹ Em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

a educação tradicional. Afirma que uma pessoa pode ter instrução escolar e não ter “consciência ambiental”, assim como a situação inversa é possível, ou seja, uma pessoa que não tem instrução escolar, mas tem “consciência ambiental”. Henrique questiona, a respeito da discussão sobre “riqueza” e “pobreza”, bastante presente no cotidiano do ministério onde trabalha, o MDS: “Ter dinheiro é ser rico? Não ter dinheiro é ser pobre?”. Para ele, se uma comunidade tem abundância de alimentos e qualidade de vida, ela pode ser considerada rica. Já para o Governo, riqueza e pobreza estão relacionadas diretamente ao ter ou não ter dinheiro.

Após a primeira etapa do debate passamos à apresentação do historiador e indigenista André Raimundo Ramos (CGE/FUNAI), que falou sobre a sua experiência de trabalho junto ao povo Munduruku, do estado do Pará, com ênfase na relação entre ensino médio e sustentabilidade¹⁰. Em seguida, a segunda etapa do debate, que será apresentada em tópicos:

- 1) Eliane Umutina (MT) fala sobre a pesca predatória, um importante problema enfrentado em sua comunidade; fala sobre as dificuldades encontradas para a comercialização do artesanato indígena; queixa-se da falta de apoio ao projeto horto-florestal implantado na sua comunidade: segundo ela, de “horto”, o projeto “virou morto”; pergunta à mesa sobre como implantar um projeto de piscicultura na comunidade e sobre como acessar recursos financeiros.
- 2) Dnamam Tuxá (BA) denuncia os impactos decorrentes de uma barragem na Terra Indígena onde vive: não encontram mais capivaras para caçar, não caçam mais com arco e flecha, ocorreram mudanças na dinâmica das águas e, conseqüentemente, na dinâmica social (cita, como exemplo, as variações das épocas de plantio e colheita). Dnamam fala sobre a insegurança jurídica de viverem numa área que foi apenas “delimitada”, ou seja, onde não foi concluído o processo de regularização fundiária. Critica o PAC e, ainda, relata que muitos anciãos da sua comunidade entraram em depressão pelo desgosto causado pelos impactos ambientais decorrentes da construção da usina.

¹⁰ Apresentação em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- 3) Geovani Paresi (MT) discorre sobre a problemática ambiental no estado de Mato Grosso.
- 4) Elenildo Kayabi (MT) conta que vive em uma área muito ameaçada por desmatamentos e projetos de construção de barragens. Fala da luta pela demarcação da Terra Indígena Kayabi: segundo ele, os velhos Kayabi, as antigas lideranças, já se cansaram de ouvir que a demarcação da terra sairá e acham que não estarão vivos para presenciar este fato tão esperado. Parabeniza a iniciativa de realização do Seminário, pela oportunidade oferecida aos jovens indígenas. Reforça que é preciso aproveitar a oportunidade e retornar as informações às suas comunidades de origem: “nós temos este dever”, diz Elenildo.
- 5) Melvino Baniwa (AM), que é acadêmico do curso de Química da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e vive em São Gabriel da Cachoeira, pergunta sobre como poderiam levar a discussão acerca do “aquecimento global” para as comunidades.
- 6) Korotowĩ Ikpeng (MT) apresenta a sua experiência de trabalho e salienta a importância de relativizar o conceito de meio ambiente. Fala sobre o trabalho de fiscalização no Parque Indígena do Xingu e chama a atenção para a exploração ilegal de madeira e pecuária no entorno do PIX. Korotowĩ fala, ainda, sobre um trabalho de reflorestamento e intercâmbio cultural envolvendo a escola indígena, a comunidade e alunos não-índios de um assentamento rural, no município de Feliz Natal (MT). Sugere a elaboração de uma proposta para encaminhar aos órgãos públicos e ressalta a importância de os acadêmicos indígenas estudarem algo que dê “retorno” à comunidade. Korotowĩ faz menção ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Conta, também, que “quebrou um tabu” na sua comunidade, ao se tornar o primeiro parteiro. Após o relato, Korotowĩ exhibe um filme realizado na sua comunidade.
- 7) Oreme Ikpeng relata a sua experiência como coordenador de um grupo de mulheres coletoras de sementes nativas da “Rede de Sementes do Xingu”, um trabalho que envolve a escola, a associação e a comunidade indígenas. Oreme fala sobre o trabalho do MJJ, Movimento Jovem Ikpeng, que se uniu “para acabar com os incêndios



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

incontroláveis”. E, ainda, faz menção às dezessete Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH previstas para serem construídas na região do Rio Xingu.

- 8) Jadson Potiguara (PB) reforça que os jovens presentes no Seminário devem se articular para propor mudanças.
- 9) Sandro Glória, que é Guarani e vive no município de Chapecó (SC), pergunta a André Ramos se há algum modelo de ensino que possa “fugir” do capitalismo.

O indigenista André Ramos responde a Eliane e faz referência à proibição, pelo IBAMA, da pesca e da confecção de artesanatos com utilização de partes de animais silvestres. Ressalta que algumas Terras Indígenas têm o seu entorno totalmente depredado pelos grandes empreendimentos e, no entanto, as populações indígenas é que são penalizadas pela exploração que fazem dos recursos naturais. André acredita que o capitalismo “não é infinito” e que possui “brechas”. Para ele, o capitalismo atua na construção da “monocultura das mentes”. Por fim, chama a atenção para o interesse da engenharia genética pelos conhecimentos tradicionais indígenas.

Período Noturno

Após a janta, os jovens se reuniram para trabalhar, em grupos, sobre os temas debatidos durante o dia, só encerrando os trabalhos à meia-noite¹¹.

Dia 25/11/2009

Período Matutino

As atividades do dia tiveram início com a apresentação de alguns informes da organização do Seminário e com o estabelecimento de acordos sobre os horários. Logo após, o jovem Rafael Pitaguary (CE) convidou a todos a participarem de uma apresentação cultural.

¹¹ Os resultados dos trabalhos em grupo estão em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

A primeira mesa do dia, intitulada ***AFIRMAÇÃO DE DIREITOS – Normas tradicionais, normas legais e diversidade***, foi composta pelo Dr. Perly Cipriano, da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, pela antropóloga Maria Inês Ladeira, do Centro de Trabalho Indigenista – CTI, pela jovem Pankararu Cristiane Julião, do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas – CINEP, debatedora da mesa, e por Izabel Gobbi, responsável pela moderação. Após as palestras, o advogado Vilmar Guarani, do Observatório dos Direitos Indígenas, foi convidado a compor a mesa para contribuir com o debate.

O primeiro a se apresentar é o representante da SEDH, Dr Perly Cipriano, que ressalta a importância da juventude “preservar a cultura do seu povo”, de “resgatar o que foi esquecido”, e ressalta, ainda, a importância de políticas públicas afirmativas para os Povos Indígenas. Fala da necessidade de se respeitar a religiosidade própria aos Povos Indígenas e critica as concepções religiosas equivocadas levadas às Terras Indígenas por algumas instituições, ocasionando sérios problemas nos locais onde se instalam.

A respeito do Registro de Nascimento Civil, Dr. Perly ressalta que, por muito tempo, os nomes indígenas não podiam ser registrados, algo que pode ser considerado uma violação grave de um direito. Destaca a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT como um instrumento importante para os Povos Indígenas. Fala, ainda, sobre o Balcão de Direitos, criado para atender as demandas dos cidadãos e facilitar o acesso à documentação pessoal. Dr. Perly salienta que o poder público deve tratar e aceitar os Povos Indígenas da forma como eles são. Por fim, ressalta a necessidade de ampliar os contatos com outros povos das Américas e criar uma rede de comunicação, onde haja troca de conhecimentos e saberes tradicionais. A palestra do Dr. Perly Cipriano entusiasmou a platéia, por sua fala vigorosa em defesa dos direitos indígenas.

A antropóloga Maria Inês Ladeira fala do seu trabalho junto aos Povos Indígenas, especialmente no que diz respeito ao direito à terra. Segundo ela, “no plano individual”, a criança que nasce é o “centro das atenções”, mas quando ela começa a crescer “sofre o primeiro choque”, uma vez que deixa de ser o centro das atenções, começa a olhar em volta e passa a perceber o que acontece em sua comunidade.

Maria Inês ressalta que as sociedades olham as outras a partir de si próprias e que a Antropologia procura compreender os modos de vida das sociedades, as suas culturas.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Lembra que “a cultura está sempre em movimento”, é dinâmica. A antropóloga fala sobre os primeiros contatos dos não-índios com os indígenas, onde a forma de aproximação era baseada na troca de presentes, como espelhos e facas; com o tempo, os indígenas passaram a assimilar muitos produtos que não eram seus e os incorporaram à sua cultura.

No que se refere à legislação brasileira, Maria Inês destaca os Artigos nº 231 e 232 da Constituição Federal, que garantem aos Povos Indígenas “seus usos, costumes e tradições”. Menciona, ainda, outros dispositivos legais, como os que versam sobre o direito à terra, um “direito originário assegurado”, e que define o que é uma “terra indígena tradicionalmente ocupada”.

Para Maria Inês, no momento atual, a juventude indígena recebe uma carga muito grande de responsabilidade, pois se vêem diante da necessidade de resolverem problemas, conflitos, que antes eram resolvidos pelos mais velhos, os anciões das comunidades. Destaca a importância de observar os deveres que os jovens indígenas devem ter para com a sua comunidade, a sua família. E salienta que, cada vez mais, os jovens são chamados a viver outras realidades e “deixar o seu modo de viver”. Por fim, a antropóloga convida os jovens presentes a refletir sobre essas questões, sobre o compromisso que os jovens devem assumir perante as suas comunidades.

A debatedora Cristiane Pankararu chama a atenção para três pontos das falas apresentadas: 1) *Normas tradicionais*, que dizem respeito ao costume, às vivências, à hierarquia, aos ritos de passagem, enfim, às “normas de cada povo”; 2) *Normas Legais*, citando a Constituição Federal, a Declaração das Nações Unidas para os Povos Indígenas, a Declaração 169 da OIT, dentre outras normas que vieram “para garantir e assegurar os costumes dos Povos Indígenas”; 3) *Diversidade*, entendida como as diferentes formas de agir e pensar.

Segundo Cristiane, o CINEP vem trabalhando com tais questões e pretende desenvolver algumas oficinas. Defende a busca pelo “equilíbrio” entre as *normas tradicionais* e as *normas legais*. E, ainda, ressalta que os jovens sempre foram atuantes na causa indígena e que as lideranças mais jovens, atualmente, saem de suas comunidades para conhecer um pouco mais sobre a sociedade não-índia e “fazer a ligação entre uma e a outra sociedade”.

O debatedor Vilmar Guarani fala da importância da juventude indígena refletir sobre



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

os seus direitos. Informa que tem acompanhado a discussão em torno dos direitos indígenas e da aplicação de outras leis aos Povos Indígenas, tais como a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ressaltando, sobre estas últimas, que os índios não foram convidados a participar da sua elaboração. Vilmar destaca que as leis asseguram que quem define o que é importante para as comunidades indígenas são as próprias comunidades e chama a atenção para a necessidade de se conhecer as várias leis que garantem direitos aos Povos Indígenas.

A seguir, apresentaremos algumas falas dos jovens indígenas:

- 1) Narúbia Karajá (TO) chama a atenção para a questão da destinação do lixo produzido nas comunidades.
- 2) Rozeninho Munduruku (PA) comenta sobre o direito ao nome indígena no registro civil, com referência à fala do Dr. Perly Cipriano, contando que, na sua comunidade, foi feito um acordo para somente colocarem o nome indígena no registro.
- 3) Ismael Morel, da etnia Guarani-Kaiowá (MS), relata a problemática da luta pela terra enfrentada pelos Kaiowá, no estado de Mato Grosso do Sul. Menciona, inclusive, os dois professores indígenas mortos recentemente em um conflito com fazendeiros da região. Pergunta ao Dr. Perly sobre como funcionará o Balcão de Direitos em Mato Grosso do Sul.
- 4) Dinamam Tuxá (BA) critica a FUNAI e a Funasa por omissão no atendimento aos indígenas.
- 5) Korotowĩ Ikpeng (MT), em relação ao registro civil, fala sobre a sua própria experiência, contando que foi registrado como Korotowĩ Taffarel, mas colocou apenas o nome indígena nos seus filhos.
- 6) João Terena (MS) protesta: “somos estrangeiros no nosso próprio território”. E ressalta a importância da afirmação dos direitos indígenas.
- 7) Eliane Umutina (MT) critica o fato dos direitos indígenas não serem respeitados e denuncia a entrada de policiais na sua aldeia. Segundo ela, a Força Nacional entrou na área, sem autorização, por causa da pesca predatória.
- 8) Rivelino Kokama (AM) denuncia que, em seu município, são impedidos de registrarem os nomes indígenas em cartório.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- 9) Pedro Pataxó (BA) fala sobre a questão dos indígenas presos e denuncia o caso de um indígena que foi assassinado pelo policial, dentro da cadeia.
- 10) Jadson Potiguara (PB) teme que o registro civil no nome indígena contribua para uma estigmatização ainda maior dos indígenas.
- 11) Rafael Pitaguary (CE) denuncia a invasão da área onde vive por não-índios.

Período Vespertino

No período da tarde, os jovens participaram de uma Oficina de Economia Solidária, coordenada pelo sociólogo Jorge Nascimento, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Não foi realizado o registro escrito desta atividade, todavia verificamos que ocorreu uma dispersão significativa durante a oficina e alguns jovens se queixaram da duração muito extensa e da linguagem pouco acessível utilizada. Dos poucos jovens que permaneceram até o final, alguns se disseram satisfeitos e outros alegaram que, só no último momento, foi possível compreender o objetivo da oficina e relacionar o que foi dito com as suas próprias realidades. Quiçá seja exatamente este último ponto o mais importante, isto é, a relação entre o conceito de economia solidária e o que, efetivamente, é praticado pelos jovens indígenas e suas comunidades.

Dia 26/11/2009

Período Matutino

Rony Paresi convida a todos para uma “apresentação cultural”. As jovens Lídia Krikati e Janaína Xerente, então, apresentam uma música evangélica. Em seguida, os jovens da região do Alto Rio Negro convidam a todos a dançarem e cantarem, em uma grande roda. Por fim, todos ouvem a música da campanha Ikatu Xingu, trazida por Oreme Ikpeng.

Helena de Biase fala sobre os trabalhos do dia e ressalta a importância da participação de todos os jovens presentes e da realização do trabalho em grupo. Faz, ainda, esclarecimentos sobre a eleição do jovem que participará como convidado permanente na



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI.

Izabel Gobbi dá início à composição da mesa sobre **ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E JUVENTUDE** e convida os representantes de organizações a se apresentarem. O primeiro jovem a se apresentar é Melvino Baniwa, coordenador do Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro – DAJIRN da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN. Em seguida apresentaram-se Márcio Kokoj Kaingang, representante da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPINSUL; Dnamam Tuxá, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME; João Terena, da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região – ARPIPAN; Délio Dessano, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; Athaid Guarani, da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste – ARPINSUDESTE; Giovane Paresi, representante da Associação Halitinã; e Korotowī Ikpeng, da Associação Moygu. A seguir, as principais questões levantadas por eles.

O representante da FOIRN, Melvino Baniwa, relata que, no ano de 2007, foi realizado, em parceria com a UNICEF, o 1º Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Alto Rio Negro, cuja finalidade foi mobilizar a juventude indígena e fortalecer o movimento juvenil. Neste Congresso, segundo Melvino, os jovens puderam apresentar os principais problemas que precisavam enfrentar. Várias propostas surgiram, dentre elas a criação da Secretaria Municipal da Juventude, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Ainda no ano de 2007, foi elaborado um documento solicitando a criação do Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, dentro da FOIRN.

Melvino relata que precisaram enfrentar várias barreiras e, no ano de 2008, o Departamento funcionou como uma comissão provisória. Expõe, ainda, as dificuldades que encontraram para ter acesso a outras comunidades indígenas. De acordo com Melvino, outro desafio importante é o de estruturar o Departamento, salientando a dificuldade para reiniciarem as atividades. Segundo ele, cada um ficou responsável por captar recursos e fizeram cartas para outras organizações solicitando doação de equipamentos. Conta que a FOIRN não tem recursos humanos para contratar assessores e todos ajudam voluntariamente. Melvino finaliza a sua apresentação ressaltando que, para conquistarem essa articulação, é preciso ter vontade, pois as dificuldades são muitas.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Em seguida, Márcio Kokoj Kaingang, representante da ARPINSUL, faz a sua apresentação com o auxílio de slides¹². Márcio conta que, há dez anos, desenvolve trabalhos junto à juventude indígena e fala, ainda, sobre a realização da Assembléia da Juventude Indígena do Paraná.

O representante da APOINME, Dinamam Tuxá, ressalta que a organização atua no sentido do “fortalecimento cultural e união das comunidades indígenas” que ela abrange. Fala sobre a realização do E-14, Encontro dos 14 Povos do Estado da Bahia, onde foram discutidos temas diversos, tais como as relações dos jovens com os mais velhos, o “fortalecimento cultural e a união dos Povos Indígenas na Bahia”, por meio da troca de experiência entre as comunidades presentes. Neste encontro participaram 360 índios e 200 não-índios, dentre os quais antropólogos e “simpatizantes da causa indígena”.

João Terena, representante da ARPIPAN, relata que os trabalhos da organização tiveram início há sete anos atrás, por causa da luta pela terra. Ao longo dos anos, outras temáticas foram incluídas e cita a articulação com as mulheres indígenas, com os jovens e com os agentes de saúde. João fala sobre um trabalho importante desenvolvido junto aos jovens indígenas e que é todo desenvolvido na língua Terena, onde valorizam a língua, as tradições e o artesanato. Conta, ainda, que participaram de vários encontros do movimento indígena, como o Terra Livre e o Terra Vermelha.

João Terena faz uma alerta à juventude indígena presente: “precisamos votar em nossos parentes”, ressaltando a urgência da inserção dos indígenas nas instâncias de políticas públicas. Para João, a ausência de representantes indígenas na Assembléia Legislativa colabora para o aparecimento das várias manifestações discriminatórias dos não-índios contra os Povos Indígenas, contra a FUNAI, contra a demarcação de terras e contra a política indigenista. Encerra a sua fala enfatizando que, em 2010, os indígenas precisam eleger os seus representantes e precisam fortalecer a FUNAI.

Para falar sobre o trabalho desenvolvido em parceria com a UNICEF junto aos adolescentes e jovens indígenas, o representante da COIAB, Délio Desano, apresenta um conjunto de slides, cujo conteúdo segue em anexo.

¹² Os slides com todo o conteúdo da apresentação de Márcio Kokoj seguem em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Athaid Guarani falou como representante da ARPINSUDESTE, organização recém criada. Athaid relata a sua preocupação com a inserção da juventude Guarani na organização, com o objetivo de defender as questões relacionadas a este segmento. Informa que, no ano de 2010, realizarão uma assembléia geral para compor a diretoria da organização.

Geovani e Rony Paresi, representantes da Associação Halitinã, ressaltam a importância da mobilização política da juventude indígena e relatam o trabalho da juventude Paresi envolvendo questões políticas municipais e a promoção da educação e da saúde. Contam, ainda, que a juventude Paresi se mobilizou para eleger o seu primeiro vereador e tiveram êxito, inclusive, contando com o apoio de eleitores não-índios. Rony Paresi destaca que é preciso aproveitar o momento para discutir a representação política, a necessidade dos jovens indígenas participarem “desse sistema que não é o nosso sistema”.

Afirmam que existe desarmonia dentro das comunidades e ressaltam a importância de terem “consciência política” e fazerem uma “reflexão sobre política”, inclusive sobre os problemas políticos internos das comunidades. Contam que foi feito um trabalho de “conscientização política” junto às suas comunidades, alertando para a necessidade de elegerem mais parlamentares indígenas. Defendem que precisam se articular e terem união com os não-índios, para que possam conseguir apoio e fortalecimento, de forma que possam se eleger.

Korotowĩ Ikpeng, da Associação Moygu, fala sobre a sua experiência de trabalho na associação, cujo objetivo “é trabalhar a terra”. Segundo ele, uma das principais questões defendidas é que o Parque Indígena do Xingu deixe de ser “Parque” para se tornar “Terra Indígena do Xingu”. Conta que muitos jovens da associação trabalham na fiscalização da terra. Fala do trabalho junto à juventude e da conquista de vários parceiros, como FUNAI, IBAMA e, inclusive, alguns parceiros internacionais, como a Noruega e a França. Korotowĩ também nos conta que o povo Ikpeng está lutando para retornar ao seu território de origem, do qual foram retirados na época do contato com os não-índios.

O servidor da FUNAI Carlos Alberto Dias, que é Presidente da Seleção Indígena Brasileira de Futebol, pediu a palavra para apresentar o trabalho desenvolvido junto à Seleção e defender a criação de uma coordenação de esporte na FUNAI. Logo após a fala de Carlos Alberto, Narúbia Karajá apresentou a carta endereçada ao Ministério do Esporte, referente ao



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Programa Piloto Segundo Tempo Indígena e elaborada pelos jovens indígenas, em parceria com o esportólogo Everson Carlos¹³. Foi aberto, então, o debate:

- 1) Pedro Pataxó (BA) conta que vem tentando fazer uma faculdade de Educação Física, mas não tem apoio.
- 2) Ismael Morel (MS), que é professor de Educação Física, ressalta que o esporte é fundamental para os Povos Indígenas. Relata que foi realizada uma olimpíada em sua aldeia (hoje, com 8000 indígenas), que contou com a participação de cem atletas. Queixa-se da falta de apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, e salienta a necessidade de apoio de um órgão federal, como a FUNAI.
- 3) Eliane Umutina (MT) relata que, na sua região, não há uma organização indígena da juventude. Conta que realizaram um encontro, com apoio da FUNAI, que contou com a participação de dezessete povos e onde foram debatidos vários temas, tais como educação e saúde, dentre outros. Neste encontro, os jovens tiveram a oportunidade de expor as suas reivindicações. Afirma que querem que a parceria com a FUNAI e outras instituições continue, para que os jovens da região possam dar continuidade aos seus projetos. Pergunta sobre como poderiam compartilhar experiências com outros jovens do estado de Mato Grosso.
- 4) Cristiane Pankararu (PE) pergunta ao servidor Carlos Dias se ele conhece o JACIPE, Jogos Indígenas de Pernambuco. E queixa-se da total falta de apoio: “me sinto excluída”. Cristiane questiona: quais são os critérios utilizados para a escolha dos participantes dos Jogos Indígenas?
- 5) Joseane Tupiniquim (ES) reforça o questionamento de Cristiane sobre os critérios para a escolha dos Povos Indígenas que participam dos Jogos Indígenas e, ainda, pergunta sobre a escolha dos atletas para participar da Seleção Indígena de Futebol.
- 6) Jadson Potiguara (PB) pergunta aos representantes das organizações se todas elas já possuem uma articulação com a juventude.
- 7) Deusimar Desano (AM) pergunta a João Terena sobre como será feita, a partir do Seminário, a avaliação dos planos aprovados pela juventude indígena.

¹³ A carta segue em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- 8) Leandro Wassu-Cocal (AL) tece um comentário em relação ao apoio ao esporte pela FUNAI: para ele, ao invés da FUNAI querer acabar com a Coordenação de Educação, deveria estar mais preocupada em conseguir mais projetos para os Povos Indígenas, propor bons projetos para serem trabalhados com as comunidades.
- 9) João Gilberto Xavante (MT) relata que a sua aldeia realizou um campeonato esportivo para os jovens e que os jovens Xavante também participaram do campeonato municipal.
- 10) Rozeninho Munduruku (PA) pergunta a Carlos Dias sobre como ficaria a situação dos jovens indígenas na nova estrutura da FUNAI. Fala sobre o apoio financeiro dado pela Caixa Econômica Federal para que as organizações indígenas desenvolvam projetos culturais e pergunta se estes recursos também poderiam servir para apoiar as atividades esportivas.

Em seguida, os componentes da mesa respondem aos questionamentos feitos pelos jovens. As respostas também serão apresentadas em tópicos, a seguir:

- 1) Carlos Dias defende, além da criação de uma coordenação de esportes na FUNAI, que essa estrutura seja estendida para as Unidades Regionais, que buscariam apoio e parceria junto aos municípios, estados e outras instituições. Responde que a escolha do jogador para fazer parte da Seleção Indígena de Futebol é baseada “no conhecimento que temos de alguns povos, atletas”. Fala que poderiam ser realizados campeonatos regionais, onde utilizariam os chamados “olheiros” para selecionar os jogadores. Finaliza afirmando que ainda não há um critério definido para escolha dos atletas.
- 2) João Terena ressalta a necessidade de se reconhecer o “valor cultural que os jogos têm”. Defende que a mobilização dos jovens seja feita por meio da internet, nos estados e municípios, visando os encaminhamentos necessários a partir das demandas das comunidades.
- 3) Márcio Kaingang defende a possibilidade dos jovens realizarem um intercâmbio de experiências, a partir do movimento organizado. Queixa-se da falta de apoio da unidade regional da FUNAI, no Paraná. Informa que, em 2010, a ARPINSUL



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

realizará um encontro para fortalecer o movimento e discutir propostas para a juventude.

- 4) Melvino Baniwa informa que a FOIRN tem elaborado alguns projetos e fala da dificuldade de elaborar projetos voltados à juventude indígena, relacionados à formação, à “promoção de desenvolvimento social” e à cidadania.
- 5) Korotowĩ Ikpeng fala da falta de apoio da FUNAI e que, apesar disso, defende o órgão, mencionando a importância da atuação nas questões jurídicas, na demarcação de Terras Indígenas. Para ele, Marcos Terena representa os Povos Indígenas na ONU, mas essas informações não chegam às comunidades. Ressalta que é preciso aproveitar os “mecanismos tecnológicos” para fazer o intercâmbio de experiências e sugere a criação de uma “rede” para manterem o intercâmbio.

Surgem mais algumas intervenções e, antes de saírem para o almoço, os jovens se reúnem para debater algumas questões pendentes.

Período Vespertino

Melvino Baniwa dá início às atividades do período vespertino convidando a todos para dançarem e cantarem juntos. Em seguida, Mariléia Peruare (CGE/FUNAI), moderadora da mesa **COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA, SUB-COMISSÃO DE GÊNERO, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE**, convida os palestrantes a se apresentarem, são eles: a Secretária Executiva da CNPI, Terezinha Máglia; Kohalue Karajá, membro indígena da Sub-Comissão de Gênero, Infância e Juventude da CNPI; Lea do Vale, coordenadora da Sub-Comissão de Gênero, Infância e Juventude da CNPI; e Alex Nazaré, da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ.

A palestrante Terezinha Máglia apresenta um conjunto de slides sobre a CNPI, sua composição, objetivos, representantes, comissões, subcomissões e dinâmica das reuniões. O segundo se apresentar é Kohalue Karajá, que afirma que os membros da CNPI foram escolhidos por eleição. Ressalta que os jovens são “formadores de opiniões” e dão suporte à



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

atuação dos membros indígenas da CNPI. Acredita que, com a criação da CNPI, os indígenas passaram a ser protagonistas na discussão da política indigenista.

A palestrante seguinte, Lea Bezerra do Vale, se apresenta como “coordenadora de mulheres indígenas da FUNAI” e coordenadora da Sub-Comissão de Gênero, Infância e Juventude da CNPI. Ressalta que trabalhar com os jovens “é uma grande dificuldade” e que a subcomissão trabalha com a infância, a juventude e os idosos. Fala, ainda, sobre o encontro de mulheres e jovens indígenas realizados em Cuiabá (MT) e destaca que o Seminário Nacional de Juventude Indígena é muito importante para que possam elaborar uma agenda de compromissos.

O representante da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, Alex Nazaré, informa que a Secretaria já está dialogando e propondo políticas públicas para a juventude indígena. Informa, ainda, que Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE, criado em 2005, está próximo de uma eleição para a escolha da nova diretoria e que apenas uma organização indígena fez a inscrição para concorrer a uma vaga na diretoria. Alex defende a importância da participação da juventude indígena no Conselho.

Alex esclarece que, mesmo com a mudança na diretoria do CONJUVE, o acordo firmado no Seminário será mantido e o jovem que for escolhido fará parte do Conselho. Informa que a SNJ vem fazendo uma interlocução com o governo e com a sociedade civil. Propõe a realização de uma oficina para criação de um “blog”, que funcione como uma “rede de comunicação” para o intercâmbio de experiências e informações entre os jovens indígenas. Alex sugere, ainda, a elaboração de uma moção de apoio à Secretária Municipal da Juventude Indígena de São Gabriel da Cachoeira – AM.

Após as apresentações da mesa, passamos ao debate, cujos principais pontos serão apresentados a seguir:

- 1) Deusimar Desano, de São Gabriel da Cachoeira, pergunta a Alex sobre como acessar o Conselho Estadual da Juventude, a quem procurar. Afirma que os jovens indígenas do seu município estão em conflito com a Secretaria Municipal Juventude e pede o apoio de Alex.
- 2) Ednéia Arapaso, também de São Gabriel da Cachoeira, fala da dificuldade de ingressar no Conselho Municipal de Juventude e ressalta a necessidade de políticas públicas



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

para a juventude indígena.

- 3) Narubia Karajá (TO) manifesta sua preocupação em relação à representatividade da CNPI: para ela, há um distanciamento entre os índios “que ficam na base” e a CNPI, que “está assumindo todas as responsabilidades dos direitos indígenas”. Questiona: “a base não tem conhecimento de como funciona a CNPI, as informações não chegam na base” e, ainda, acredita que a CNPI está discutindo e aprovando políticas sem a participação das bases. Narúbia pergunta para Terezinha Mágliá sobre quais são os critérios de escolha dos membros que compõem a CNPI.
- 4) Athaid Guarani (SP) solicita que a Secretaria Nacional de Juventude abra mais espaço para os jovens indígenas participarem.
- 5) Melvino Baniwa (AM) ressalta a importância dos jovens indígenas ocuparem os espaços de políticas públicas e dá o exemplo dos jovens de São Gabriel da Cachoeira, afirmando que, se não tivessem se mobilizado, não teriam conseguido criar uma Secretaria no município. Melvino fala sobre o desconhecimento dos jovens em relação ao funcionamento e as demandas da CNPI e pergunta se é possível que a Comissão chegue às comunidades indígenas: “Porque não levam esse conhecimento à base?”.
- 6) Eliane Umutina (MT) pergunta se os jovens que serão eleitos no Seminário para integrarem a CNPI e o CONJUVE terão direito a voz.
- 7) Cristiane Pankararu (PE) pede para os palestrantes apresentarem um “panorama de como está a CNPI”, do resultado dos trabalhos, dos avanços.
- 8) João Xavante (MT) apresenta suas dúvidas em relação à estrutura da CNPI e à reestruturação da FUNAI e pergunta: “Será que a FUNAI vai acabar e vai ficar só a CNPI?”
- 9) Lúcio Xavante (MT) fala sobre a falta de representatividade da juventude indígena e pergunta sobre como será a participação deste segmento no CONJUVE. Lúcio diz, ainda, que as informações das comunidades não chegam à CNPI e vice-versa. Pergunta sobre como será a participação do representante jovem indígena na CNPI.

Findada a primeira rodada de perguntas, passamos às respostas:

- 1) Alex esclarece que a eleição do representante indígena para o CONJUVE é



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

“simbólica” e que o eleito representará todas as etnias do Brasil e não somente a dele. Ressalta a importância de se pensar no olhar da juventude indígena dentro das propostas nacionais para a juventude e afirma que o conselheiro pode propor ações a serem desenvolvidas junto aos Povos Indígenas. Alex volta a ressaltar a importância da rede de comunicação, para que o contato entre eles seja mantido. Faz referência à Conferência Internacional da Infância, Juventude e Meio Ambiente, espaço onde a juventude indígena deveria estar presente. Por fim, fala a importância de socializar as informações recebidas em encontros como este.

- 2) Terezinha Máglia esclarece que, atualmente, a CNPI já possui os seus membros escolhidos e que, para fazer a troca de um ou vários membros, é necessário observar o regimento interno, afirmando que não basta a vontade de “um pequeno grupo de lideranças” para que um membro seja substituído. Segundo ela, é necessário convocar uma assembléia geral dos Povos Indígenas, onde será feita a indicação da pessoa que substituirá o membro. Esta assembléia deverá contar com a participação do Ministério Público Federal e com a presença de um membro da CNPI que represente o Governo. Terezinha esclarece que a CNPI faz parte do Ministério da Justiça e que, quando aprovada, no Congresso Nacional, a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, será realizada uma nova assembléia geral, com o objetivo de manter ou substituir os membros que já compõem a CNPI e, novamente, com a participação do MPF e um representante do Governo na CNPI. Reconhece que as informações não chegam às comunidades e que a Comissão ainda está “engatinhando”, que ainda encontram muitas dificuldades. Terezinha fala da importância da comunidade “cobrar” os membros da CNPI. Aponta o site da FUNAI como um meio de se saber “tudo o que se passa na CNPI”, já que lá estão todas as atas das reuniões realizadas. Esclarece que as reuniões são fechadas, não é permitido ao público assistir, pois é sempre uma reunião de trabalho. Sobre a participação dos membros suplentes, Terezinha esclarece que este só tem direito a voz e voto nas reuniões da subcomissão; já na plenária geral, somente o membro titular tem voz e voto. A respeito do Estatuto dos Povos Indígenas, Terezinha argumenta que foi considerado o que foi decidido



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

nas nove oficinas realizadas e que a Câmara dos Deputados criará uma comissão especial para analisar e discutir tudo o que se refere aos Povos Indígenas. Informa que questões importantes estão tramitando no Congresso Nacional, tais como a exploração dos recursos naturais nas Terras Indígenas, e que foi necessário “agilizar” as discussões do Estatuto de forma a garantir que este fosse votado. Afirma que o resultado das oficinas da CNPI e o que foi discutido no Abril Indígena serviram como “fonte” para a elaboração da proposta do Estatuto dos Povos Indígenas. Segundo Terezinha, em resposta à pergunta de João Gilberto Xavante, a FUNAI não vai acabar, mas deverá ser fortalecida.

- 3) Lea do Vale afirma que o jovem que for escolhido para participar da CNPI terá todo o apoio necessário. Informa que a Coordenação de Mulheres existe desde o ano de 2007 e que foram realizados vários seminários. Lea fala, ainda, a respeito dos seminários realizados para tratar da Lei Maria da Penha.

Durante as explicações dos membros da mesa, Jadson Potiguara intervém e questiona a ausência do Presidente da FUNAI no Seminário, inclusive na cerimônia de abertura.

Após os esclarecimentos deu-se início ao processo de eleição do representante jovem para a Sub-Comissão de Gênero, Infância e Juventude da CNPI. Após a auto-apresentação dos candidatos, os jovens passaram à votação aberta, cujo resultado foi: Uraan Anderson Suruí (RO) com vinte votos; João Gilberto Tsi Tsimizudõ Xavante (MT) com nenhum voto; Narúbia S. Werreria Karajá com quinze votos; Márcio André Kokoj Menegotto Kaingang (PR) com dezessete votos; Tanielson Potiguara (PB) com cinco votos; Tuinaki Koixaru Karajá (MT) com zero voto. Assim sendo, Uraan Anderson Suruí foi eleito representante titular e Márcio Kaingang ficou com a vaga de suplente¹⁴.

Logo em seguida foi realizada a eleição para o representante jovem indígena no Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, também por meio da auto-apresentação dos candidatos e votação aberta. O resultado foi o seguinte: Antonio Fernandes de Jesus (Dnamam Tuxá) (BA) com trinta e um votos; Athaid Guarani (SP) com zero voto; Délio Desano (AM) com vinte votos; Geovani Paresi (MT) com seis votos; João Terena (MS) com

¹⁴ A ata da eleição para a CNPI segue em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

um voto; Narúbia Karajá (TO) com três votos. Sendo eleito, portanto, Antonio Fernandes de Jesus (Dnamam Tuxá) como membro convidado do Conselho Nacional de Juventude para representar os jovens indígenas¹⁵.

Após a eleição dos representantes jovens para a CNPI e o CONJUVE foram encerradas as atividades da mesa.

Dia 27/11/2009

Período Matutino

O último dia de atividades formais do seminário teve início com a leitura dos recados deixados pelos jovens indígenas no Correio da Amizade, que funcionou por meio da fixação de uma caixa de papelão numa parede em frente ao auditório onde se concentraram as atividades do Seminário. Na caixa, os jovens participantes depositaram dezenas de bilhetes, recados e declarações de amor. A leitura dos bilhetes proporcionou um momento de muita descontração entre os presentes.

Logo em seguida, Helena de Biase faz alguns informes e esclarecimentos. O primeiro deles diz respeito aos certificados, que não seriam entregues durante o Seminário, pois faltavam as assinaturas da Coordenadora Geral de Educação e do Diretor de Assistência da FUNAI. Helena esclarece que os certificados serão encaminhados para as Unidades Regionais da FUNAI e informa que todos aqueles que precisassem receberiam uma declaração de frequência, assinada pela coordenação do evento. Por fim, anuncia que, no período da manhã, seria realizada uma oficina sobre sexualidade.

Os responsáveis por ministrar a oficina foram a antropóloga Vera Lopes, Assessora Técnica do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, e o médico e antropólogo Hélio Barbin Júnior, da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.

Antes de iniciarem os trabalhos em grupo, os jovens assistiram a um vídeo informativo, produzido com a participação de vários indígenas. Logo após foram divididos os

¹⁵ A ata da eleição para o CONJUVE segue em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

grupos por regiões – Sul e Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e distribuídos folhas de papel pardo e pincéis coloridos para a confecção dos cartazes sobre os seguintes temas: 1) Prevenções da DST e AIDS, 2) Vamos evitar a AIDS, 3) Transmissão e prevenção. A discussão dos grupos deveria ser norteada pelas seguintes questões: Como é a vida, na comunidade, com relação à questão da sexualidade e da juventude? Quais as facilidades para vivenciar as questões da sexualidade? Quais as dificuldades que enfrentam com relação à sexualidade?

A seguir, o resultado dos trabalhos em grupo, conforme apresentado nos cartazes¹⁶:

Grupo das Regiões Sul e Sudeste:

- Como é a vida na comunidade com relação à questão da sexualidade?
 - Conservadorismo das famílias da comunidade indígena e falta de diálogo.
- Campanhas de saúde alertando a respeito das doenças:
 - Contexto escolar – auxilia na discussão da sexualidade.
 - Palestras, reuniões com lideranças e as comunidades.
- Falta de orientações por parte dos pais:
 - “Vergonha” por falar no assunto.
 - Influência da mídia nas comunidades.
 - Prostituição, drogas, alcoolismo.
- Soluções:
 - Campanhas que contextualizem a realidade da comunidade, encontros com a juventude conscientizando, preparação familiar, orientação escolar com pedagogias propícias para a faixa etária.

Grupo da Região Norte¹⁷:

- Como é a vida na comunidade com relação à questão da sexualidade?

¹⁶ Os resultados foram transcritos dos cartazes pelo servidor Marcos Vinícius e a apresentação, neste Relatório, será fiel ao modo como foram apresentados nos cartazes.

¹⁷ O grupo da região norte produziu slides para a apresentação dos resultados da discussão em grupo. Os slides seguem em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- Liberdade de relacionamento.
 - Desrespeito com a cultura.
 - Abertura de casamento.
 - Escolha por sentimentos.
 - Homossexualismo.
 - Gravidez Precoce.
 - Falta de Diálogo.
 - Alcoolismo/Não uso de preservativo.
 - Migração para cidades.
 - Ausência de acompanhamento familiar.
 - Interesses particulares.
 - Não conhecimento da realidade.
 - Abuso e exploração sexual.
 - Mistura de povos.
- Quais as coisas que ajudam na sexualidade?
- Cultura tradicional.
 - Parceria para informações.
 - Palestras.
 - Respeito às culturas.
- Dificuldades que enfrentam:
- Não respeito à cultura.
 - Conflitos de cultura.
 - Desrespeito com as normas e tradições.
 - Desvalorização da cultura.
 - Cultura imposta.
 - Conflito de culturas.
 - Infidelidade.
 - Resistência da família.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- Soluções:

- Oficinas de DST/AIDS nas línguas indígenas.
- Resgate da cultura junto à família.
- Palestras nas escolas, grupos e família.
- Acompanhamento.
- Exames preventivos por profissionais experientes.
- Realizar exames de acordo com o gênero.
- Cartilha nas línguas indígenas.

Grupo da Região Centro-Oeste:

- 1) Não é proibido falar sobre a sexualidade na frente das crianças, porém ainda há muita resistência de alguns pais.
- 2) Há um acompanhamento dos pais para a aprendizagem da criança. A sexualidade está relacionada com a convivência e o meio de cada grupo
- 3) Os meios de comunicação nas aldeias, devido à realidade que as comunidades se encontram com os não-índios, traz dúvidas antes não questionadas. Casamento.
- 4) Orientação e informação aos profissionais indígenas, bem como aos demais membros da comunidade.
- 5) A escola é um espaço de referência para questões sociais (educação, saúde e cultura).

Grupo da Região Nordeste:

- Quais impactos a falta de informação sobre sexualidade pode trazer à comunidade?

- Aumento significativo na incidência de casos de abuso sexual, iniciação sexual precoce,



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

gravidez na adolescência, mortalidade por doenças ligadas ao contexto social. Exemplo: Câncer de próstata, de mama, CCU (câncer do colo de útero) e, ainda, maior exposição as DST's.

- Solução:

- Proporcionar aos jovens participação nas diversas esferas de controle e promoção social, na aplicabilidade das ações de saúde da comunidade, reforçando, assim, o diálogo entre os diversos segmentos de seu povo.

Período Vespertino

No período da tarde, os jovens assistiram a uma palestra da representante da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – REJUMA, que desenvolve trabalhos baseados em alguns princípios norteadores, quais sejam: jovens educam jovens; uma geração aprende com a outra; e mobilização da juventude. A REJUMA promove encontros com o objetivo de socializar as ações desenvolvidas sobre a temática do meio ambiente e, segundo a palestrante, participar desta rede é ter a possibilidade de discutir com vários grupos as questões ambientais de cada localidade/região. Informa, ainda, que a REJUMA defende políticas nacionais e regionais que visam à proteção do meio ambiente. Ressalta que a REJUMA se manifestou com relação à construção da usina hidrelétrica no Rio Madeira e sobre a transposição do Rio São Francisco.

Por fim, informa que, em 2010, será realizada a Conferência Internacional da Juventude e Meio ambiente, onde está prevista a vinda de varias delegações, representando vários países. Ressalta que é fundamental a participação da juventude indígena na REJUMA para que os jovens possam contribuir com a discussão e trocar experiências com os jovens não-índios.

Após a oficina, os jovens se encaminharam para o esperado passeio turístico por Brasília. O passeio só foi possível graças ao empenho e à articulação de Alex Nazaré, da Secretaria Nacional de Juventude, que viabilizou dois ônibus para levar os jovens aos pontos turísticos escolhidos, quais sejam: Memorial dos Povos Indígenas, Museu da República e Praça dos Três Poderes. A jovem Xavante Samantha Tsitsina contribuiu com uma matéria



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

para o Jornal Novo Olhar da Juventude Indígena¹⁸ relatando os principais momentos do passeio turístico.

As atividades do dia só terminaram na madrugada de sábado. Depois de jantarem, parte dos jovens indígenas se dirigiu ao auditório, com o objetivo de cumprir com a responsabilidade de elaborar uma agenda de compromissos e prioridades para a juventude indígena no ano de 2010, conforme proposto na programação do Seminário. Por iniciativa própria, os jovens decidiram, ainda, criar a Comissão Nacional de Juventude Indígena e escrever uma carta endereçada aos membros da CNPI, com cópia para o Presidente da FUNAI. Aos poucos, o auditório foi se enchendo e, incansáveis, o trabalho seguiu pela noite adentro.

Três grupos foram formados e cada um discutiu um tema: a agenda para a CNPI, a agenda para o CONJUVE e a criação da Comissão Nacional de Juventude Indígena – CONJI. Depois, cada grupo apresentou aos demais o resultado da discussão e, em plenária, todos consolidaram as agendas e a proposta de composição da CONJI, que contaria com 15 membros titulares e 15 membros suplentes, distribuídos proporcionalmente entre as organizações das cinco regiões do país, portanto, deliberou-se por dez vagas (somados os titulares e suplentes) para a COIAB, seis vagas para a APOINME, seis vagas para o Aty Guasu, a ARPIPAN e Povos do Mato Grosso, quatro vagas para a ARPINSUL e quatro vagas para a ARPINSUDESTE. Por fim, foi realizada a Assembléia Geral de Criação da Comissão Nacional de Juventude Indígena e eleitos os seguintes representantes¹⁹:

- Região Centro-oeste:

Tsitsina Xavante (MT) – titular;

João Gilberto Tsi Tsimi'udö (MT) – suplente;

Geovani Kezokenaece (MT) – Titular;

Elenildo Kayabi (MT) – suplente;

João Terena (MS) – titular;

Moraes César Rikbatsa (MT) – suplente.

¹⁸ Em anexo.

¹⁹ As agendas da CNPI e do CONJUVE, a carta endereçada à CNPI e ao Presidente da FUNAI, e a ata da Assembléia de criação da Comissão Nacional de Juventude Indígena seguem em anexo.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

- Região Sul:

Tancredo Teiê Xokleng (SC) – titular;
Marcio Kokoj Kaingang (PR) – suplente;
Sandro Glória Guarani (SC) – titular;
Vaga aberta para povo Xetá;

- Região Amazônica:

Cristo Benison Tukano (AM) – titular;
Ednéia Arapaso (AM) – suplente;
Ivanilda Munduruku (PA) – titular;
Rozeninho Munduruku (PA) – suplente;
Giovana Macuxi (RR) – titular;
Silivan Apinajé (TO) – suplente;
Narúbia Karajá (TO) – titular;
Lidia Krikati (MA) – suplente;
Marcos Cinta-Larga (RO) – titular;
Leandro Mura (AM) – suplente.

- Região Nordeste:

Josiane Tupinikim (ES) – titular;
Pedro Pataxó (BA) – suplente;
Leandro Wassu-Cocal (AL) – titular;
Cristiane Pankararu (PE) – suplente;
Jadson Potiguara (PB) – titular;
Juliana Potiguara (CE) – suplente;

- Região Sudeste:

Athaid Guarani (SP) – titular;
Suplente - Vago;
Priscila Rosália Rodrigues dos Santos Kaingang (SP) – titular;



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

Cauê Sebastião Terena (SP) – suplente.

O trabalho só terminou às duas horas da madrugada e os jovens indígenas presentes demonstraram toda a sua alegria e satisfação pelo resultado do esforço conjunto e responsável.

Ao longo de todo o 28/11/2009, que não contou com atividades formais, os jovens foram deixando Brasília, em meio ao cansaço pela semana intensa, a despedidas emocionadas e à alegria pelas amizades conquistadas, pela troca de experiências e pela expectativa de fortalecimento da juventude indígena organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último dia de atividades foi distribuída aos jovens participantes uma ficha de avaliação do *Seminário Nacional de Juventude Indígena*, onde puderam expressar livremente as suas impressões sobre o evento. Todos aqueles que responderam, sem exceção, mostraram-se muito satisfeitos com os resultados do Seminário. Como pontos positivos foram relatados, em primeiro lugar, a oportunidade de socialização e intercâmbio de idéias, conhecimentos e experiências com outros jovens indígenas; ainda, os temas debatidos; a participação ativa dos jovens; as palestras; a afirmação dos direitos indígenas; o empenho da equipe organizadora do evento; a presença do representante do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE; os esclarecimentos sobre a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI; a eleição dos representantes jovens indígenas para a CNPI e o CONJUVE; a criação da Comissão Nacional de Juventude Indígena; a produção do jornal diário.

Também foram apontados alguns pontos negativos, tais como problemas operacionais; a linguagem não acessível de alguns palestrantes; poucas oficinas e dinâmicas de grupo; a ausência de representantes de outros Povos Indígenas, além dos 42 representados no Seminário²⁰; a ausência do Presidente da FUNAI na solenidade de abertura; a falta de

²⁰ Sobre este ponto é importante salientar que, de fato, muitos jovens não puderam vir ao Seminário



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

pontualidade no cumprimento dos horários estabelecidos na programação, o que resultou, em alguns momentos, na dispersão de parte dos jovens participantes; o desinteresse de alguns jovens participantes; poucos palestrantes indígenas nas mesas; a falta de espaços adequados para confraternização e manifestações culturais.

Concordamos que foram diversos os problemas operacionais que prejudicaram o andamento das atividades referentes ao *Seminário Nacional de Juventude Indígena* e que foram sentidos e apontados por alguns jovens indígenas nas suas avaliações. Tais problemas, anteriores à realização do Seminário, tiveram lugar tanto no âmbito da própria CGE como, principalmente, em outras instâncias da FUNAI e, neste caso, de modo algum dependiam apenas do esforço da equipe organizadora para serem solucionados (como exemplo, podemos mencionar a demora na devolução de documentos enviados à Diretoria de Assistência da FUNAI e as dificuldades com o sistema de emissão de diárias e passagens). Contudo, as adversidades foram superadas e, com toda a certeza, acabaram por nos proporcionar algum aprendizado.

Apesar das dificuldades, podemos afirmar, com muita satisfação, que o *Seminário Nacional de Juventude Indígena* alcançou os seus objetivos de apoiar e qualificar os jovens indígenas participantes para o fortalecimento da sua organização, mobilização e articulação política necessárias ao enfrentamento e à superação das principais questões que os afligem. Acima de tudo, foi o protagonismo dos próprios jovens indígenas que contribuíram, a cada momento do Seminário, para o sucesso das atividades.

Os jovens participaram ativamente dos debates que ocorreram após as palestras temáticas; constituíram uma Comissão Nacional de Juventude Indígena, com 15 titulares e 15 suplentes distribuídos entre as cinco regiões do país; elegeram dois representantes para a Sub-Comissão de Gênero, Infância e Juventude da CNPI e um representante para o CONJUVE; elaboraram agendas de prioridades e compromissos para a CNPI e o CONJUVE; elaboraram

(aproximadamente 30), devido a problemas operacionais ocorridos tanto no âmbito da FUNAI/Sede como nas Unidades Regionais. Uma possível explicação está na proximidade das datas de realização da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI e do Seminário Nacional de Juventude, já que ambos os eventos demandavam uma participação ativa de servidores dos Setores de Educação das Unidades Regionais e de servidores da própria CGE, que estabeleceu o apoio à realização da CONEEI como prioridade para o ano de 2009. Também destacamos os problemas ocasionados pela ocorrência do surto da Gripe H1N1, o que nos obrigou a alterar a data de realização do Seminário por duas vezes.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Educação

uma carta dirigida à CNPI e ao Presidente da FUNAI; elaboraram uma carta dirigida ao Ministério do Esporte, cobrando a retomada das negociações para a implementação do Programa Segundo Tempo Indígena; criaram uma rede virtual de comunicação e um blog, onde já estão trocando informações e experiências, além de planejamentos para a juventude indígena no ano de 2010.

Por fim, agradecemos imensamente a cada um (a) destes jovens indígenas, que fizeram, de fato, a diferença, e esperamos que o que foi construído no Seminário se consolide, perdure e frutifique.

Izabel Gobbi
Antropóloga – CGE/FUNAI

ANEXOS